

# STRATÉGIAS PARA O FINANCIAMENTO DO DESENVOLVIMENTO

O Boletim do PFC PPME e do PFC CPE



29ª Edição, 4º Trimestre de 2006

## Análise et Estratégia da Dívida PPME

Encontro ministerial PPME	2
Avaliando a capacidade nos PPME: PFC e IDA comparados	4
O comité executivo acorda passos para acelerar progressos	5
Dinâmica da dívida pública da área do franco	6
Malawi recebe alívio do clube de paris no ponto de culminação	7
Actualização da metodologia dos novos financiamentos do PFC	8
Instituto PALOP de gestão económica e financeira (IPGEF)	8
WAIFEM lança fase II do programa de fortalecimento de capacidades	9
PFC PPME: actividades recentes e futuras	10
Perguntas Técnicas sobre o Alívio da Dívida	16

## Fluxos de Capitais Privados Estrangeiros

Actualizações das actividades do PFC CPE	12
Resultados-piloto do Burkina Faso para conselho de ministros	13
Uso internacional de dados do PFC	14

**O**s Ministros das Finanças PPME realizaram o seu 13º encontro em Singapura a 16 de Setembro, sob a presidência conjunta de S. Exa. Ali M. Lamine ZEINE, Ministro da Economia e Finanças do Níger, e de S. Exa. Maria dos Santos TEBUS TORRES, Vice-Primeira-Ministra e Ministra do Planeamento e Finanças de São Tomé e Príncipe. Participaram neste encontro representantes de 36 PPME, que apresentaram recomendações importantes para melhorar a entrega de alívio da dívida, assegurar a sustentabilidade da dívida de longo prazo, financiar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) e continuar a fortalecer a sua capacidade de gestão da dívida. Uma conferência de imprensa, realizada a 18 de Setembro e que teve uma grande comparência, foi proferida por S. Exa. o Ministro ZEINE, S. Exa Kwadwo BAAH-WIREDU (Ministro das Finanças e Planeamento Económico, Gana) e S. Exa. Mario José FLORES Loaisiga (Ministro das Finanças e do Crédito Público, Nicarágua).

## 1) Melhoria dos Mecanismos de Alívio da Dívida

### Iniciativa de Alívio da Dívida Multilateral

Ministers congratulated the international community on the implementation of the Multilateral Debt Relief Initiative (MDRI), and the mobilisation of the financing needed for the relief. However, they:

- Lamentaram o estabelecimento de uma data de corte de fins de 2003 e de uma data de implementação de Julho de 2006 para o alívio AID, que exclui muitos desembolsos recentes da elegibilidade para alívio.
- Reiteraram a sua preocupação quanto ao uso de fórmulas com base no desempenho (e não nas necessidades de financiamento para os ODM) na afectação de fundos para decidir qual o montante do alívio da dívida que seria genuinamente adicional.
- Lamentaram, em particular, o atraso em assegurar a participação do Banco Inter-Americano de Desenvolvimento (BID) na IADM. Exortaram o BID a comprometer-se rapidamente face a uma proposta que forneça alívio sobre uma percentagem máxima da dívida ao BID – i.e. com uma data de corte o mais recente possível (de

preferência fins de 2004) e uma data de implementação o mais cedo possível (de preferência Janeiro de 2007).

Os ministros também indicaram que a IADM deverá ser aplicada de forma equitativa a todos os países que alcancem níveis aceitáveis de gestão das suas finanças públicas, independentemente de estes serem ou não elegíveis para PPME, e que se deverá prestar apoio adicional ao orçamento aos países que não desejem receber alívio da dívida para financiar os progressos destes países no sentido dos ODM

### Alívio da Dívida PPME

A recente avaliação de PPME empreendida pelas IBW indica um abrandamento dramático dos progressos no sentido dos pontos de decisão e culminação. Os ministros indicaram que os progressos lentos no sentido dos pontos de culminação pareciam dever-se aos objectivos PRGF e exortaram a comunidade internacional a fazer uma ligação muito mais estreita dos progressos PPME com os DERP do que com os PRGF.

Os ministros também indicaram que se realizaram poucos progressos no aumento da participação dos credores em PPME. Existe um problema contínuo com Governos não-OCDE e com a proliferação de processos contra 20 países movidos por credores sem escrúpulos e terceiros.

Os ministros saudaram calorosamente o recente estabelecimento de canais para os ajudar a enfrentar esses processos. Felicitaram a Advocates for International Development (A4ID) e o Secretariado da Commonwealth por estas iniciativas e exortaram toda a comunidade internacional a alertar os PPME e outros Governos de países em desenvolvimento para a disponibilidade desta assistência.

Os ministros exortaram as IFI a mostrar o máximo de flexibilidade no fornecimento de alívio, mesmo nos casos em que credores sem escrúpulos não permitam a participação para alcançar os limiares necessários.

Os ministros também admitiram que alguns países credores pobres não têm recursos para lhes fornecer alívio da dívida e exortaram a comunidade internacional a estabelecer um pequeno fundo destinado a resolver as dívidas entre países gravemente endividados e países de baixa renda.

## 2) Sustentabilidade da Dívida de Longo Prazo

Os ministros sublinharam a sua determinação de manter a sustentabilidade da dívida através da maximização da concessionalidade dos seus novos financiamentos e a sua eficácia na promoção do desenvolvimento. Para este efeito, também se comprometeram a implementar todas as reformas legais e institucionais necessárias e a empreender toda a análise subjacente necessária para assegurar a adopção dos seus próprios *plafonds* e critérios de endividamento para julgar se deverão ou não aceitar ofertas de financiamento, em discussões parlamentares dos seus orçamentos.

Contudo, acentuaram que o cumprimento dos ODM, ao mesmo tempo que mantendo a sustentabilidade da dívida, dependerá crucialmente do fornecimento de níveis mais elevados de donativos e empréstimos concessionais do que aqueles que estão a receber actualmente, bem como de um maior alargamento ao financiamento de usos 'não-tradicionais' tais como infra-estruturas essenciais. Isto é particularmente certo para a América Latina, onde as perspectivas para recursos concessionais já são limitadas.

Os ministros exortaram a comunidade internacional a continuar a manter discussões sobre um acordo para travar a oferta de empréstimos não-concessionais na forma de créditos à exportação a países pós-PPME a fim de evitar o problema de 'free riding'.

Os ministros pediram que se desse aos próprios países de baixa renda voz para expressarem os seus pareceres quanto ao nível de dívida que consideram sustentável através de um maior insumo dos seus pareceres nas avaliações das suas políticas para a afectação de recursos empreendidas pela AID e pelo FAD e efectuando eles próprios os cálculos iniciais da sustentabilidade da dívida em vez de deixarem estes cálculos só às IBW.

Os ministros exortaram com veemência que as próximas discussões sobre a revisão da AID14 após meio-período definam limiares para analisar a sustentabilidade da dívida TOTAL (interna + externa), a fim de assegurar a inexistência de 'free riders' nacionais. Sublinharam que já empreenderam essa análise e que teriam muito prazer em contribuir para essas discussões.

### 3) Financiamento dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio

#### Quantidade da Ajuda

Os ministros expressaram dúvidas crescentes que a comunidade internacional cumpra as promessas feitas em 2005 para aumentar os fluxos de ajuda. Indicaram que, segundo as suas perspectivas, se registou um aumento muito pequeno dos montantes de ajuda, pouca aceleração da ajuda para África, pouca aceleração da ajuda para países com um bom desempenho mas 'que recebem pouca ajuda', assim como pouca aceleração dos fluxos para Estados frágeis. Exortaram todos os membros do G8 e da UE a fixar calendários firmes para a implementação destas promessas e exortaram o G8 a focar neste aspecto nas suas deliberações em 2007.

Os ministros saudaram calorosamente o lançamento de dois sistemas de financiamento inovadores: o Mecanismo de Financiamento Internacional para Imunização (IFFIm) e os impostos sobre passagens aéreas para o desenvolvimento. Contudo, indicaram que o número de países participantes nestes sistemas se mantém pequeno, tal como consequentemente o nível de financiamento mobilizado. Exortaram a comunidade internacional a avançar rapidamente no alargamento destes sistemas para fornecer níveis significativos de financiamento do desenvolvimento e assegurar que todo esse financiamento seja adicional a fundos normais de orçamentos nacionais e permita que os países desenvolvidos forneçam mais de 0.7% do seu RNB em ajuda.

#### Financiamento Anti-Choques

Os ministros saudaram o estabelecimento de dois novos mecanismos para os ajudar contra choques exógenos – o Fundo Central de Resposta em Caso de Emergência (CERF) da ONU e a janela de empréstimos concessionais anti-choques no FMI.

Expressaram o seu forte apoio ao CERF e insistiram que o financiamento desse fundo fosse dramaticamente alargado para garantir um fundo rotativo suficiente para combater emergências múltiplas. Por conseguinte, exortaram a comunidade internacional a fornecer soluções mais viáveis para choques económicos exógenos através de um mecanismo anti-choques com base em donativos, de fácil acesso e desembolso rápido.

#### Eficácia da Ajuda

Por último, os ministros saudaram a continuação de esforços da comunidade doadora e dos países em desenvolvimento para melhorar a eficácia da ajuda, através de um processo para monitorizar se os objectivos que eles próprios definiram em 2005 estão a ser cumpridos. Reiteraram a sua determinação de cumprir todos os objectivos que lhes foram atribuídos a fim de convencer a comunidade internacional a usar os procedimentos dos próprios PPME para desembolso da sua ajuda.

Contudo, incitaram os doadores a adoptar objectivos mais ambiciosos, incluindo:

- uma redução da condicionalidade, especialmente em questões políticas e de governação,
- uma transformação da assistência técnica num apoio genuíno de fortalecimento de capacidades,
- um aumento do apoio ao orçamento e do apoio sectorial,
- um objectivo claramente definido para eliminar a ligação da ajuda.

Também exortaram a comunidade internacional a assegurar que o processo de monitorização do cumprimento dos objectivos por parte dos doadores é genuinamente conduzido pelos países em desenvolvimento (tal como a monitorização do cumprimento dos objectivos por parte dos países em desenvolvimento é avaliada pelos doadores). Sublinharam a sua determinação de conceber estratégias da ajuda para incentivar o alinhamento máximo por parte dos doadores e responsabilizar doadores e credores pelo cumprimento destas estratégias, acentuando, porém, que para poder assegurar essa responsabilização mútua, será necessária uma formação extensiva da sua capacidade analítica e de monitorização nos níveis nacional, regional e internacional.

### 4) Fortalecimento da Capacidade de Estratégia da Dívida

Os ministros sublinharam o seu forte apoio à continuação do Programa de Fortalecimento das Capacidades de Análise e Estratégia da Dívida PPME, que teve um grande impacto na melhoria das suas capacidades para conceber e implementar estratégias da dívida. Indicaram que já estão a envidar esforços máximos para mobilizar os seus próprios fundos e os fundos dos doadores específicos dos países a fim de co-financiar as contribuições financeiras básicas dos doadores.

Os ministros protestaram energicamente contra a caracterização dos seus níveis de capacidade como débeis e decrescentes nos recentes Documentos dos Conselhos das IBW e na actualização da avaliação da Iniciativa PPME empreendida pelo Grupo de Avaliação Independente do Banco Mundial. Indicaram que esta caracterização talvez assentasse em critérios de avaliação incorrectos ou informações insuficientes, não coincidindo de modo nenhum com as suas próprias avaliações das melhorias operadas nos últimos anos, com o apoio do PFC PPME e de outros fornecedores de assistência. Por isso, exortaram o PFC PPME a partilhar urgentemente com as IBW quer a metodologia de auto-avaliação do PFC PPME quer a série cronológica de resultados, para que as IBW possam apreciar as melhorias operadas.

Os ministros observaram que em alguns casos os doadores parecem estar menos dispostos a financiar uma assistência relacionada com a estratégia da dívida (mesmo como parte de programas de gestão das finanças públicas) motivando que o alívio da dívida resolveu os problemas da dívida. Indicaram que esta não era uma lógica correcta: os seus Governos continuam a ter necessidade de apoio na análise e estratégia de novos financiamentos para poderem manter a sustentabilidade da dívida após PPME e IADM.

Os ministros indicaram positivamente que o PFC PPME está a fornecer este apoio através da formação de PPME na avaliação da sua sustentabilidade de longo prazo usando o quadro de sustentabilidade da dívida (QSD) de longo prazo das IBW, na análise da eficácia da ajuda para alcançar os ODM, ao mesmo tempo que mantém a sustentabilidade da dívida, e na condução de uma avaliação abrangente da sustentabilidade da dívida interna.

Por último, os Ministros PPME agradeceram as recentes iniciativas para aumentar a coordenação da assistência de fortalecimento da capacidade de gestão da dívida para países de baixa renda. Indicaram que isto marcou um regresso à sua proposta de maior coordenação apresentada em 2002. Contudo, insistiram que qualquer coordenação fosse conduzida pelos próprios países de baixa renda, que são completamente capazes de avaliar as suas próprias necessidades e transmiti-las aos fornecedores de assistência, tal como têm feito nos últimos sete anos através do PFC PPME.

# AVALIANDO A CAPACIDADE PP

**R**ecentemente o Grupo de Avaliação Independente (GAI) do Banco Mundial sugeriu que, com base em avaliações da AID, a capacidade da gestão da dívida PPME caiu nos últimos anos.<sup>1</sup> Contudo, como a Publicação 10 do PFC mostra, o PFC PPME avalia que a capacidade da gestão da dívida PPME aumentou recentemente.<sup>2</sup> Dada esta discrepância, conforme reportado nas páginas 2-3, os Ministros PPME e o Comité Executivo do PFC exortaram o PFC a publicar as suas constatações de forma generalizada e a empreender uma análise comparativa das constatações do PFC e da AID.

Esta nota analisa assim a metodologia actualmente usada pela AID e compara-a à metodologia de auto-avaliação desenvolvida pela Fase IV do PFC, a fim de compreender as suas diferentes abordagens, aplicações e objectivos. Um futuro artigo irá comparar os seus resultados actuais e históricos e explicar possíveis razões das diferenças.

A metodologia global usada pela AID é agora conhecida como o Índice de Afecção de Recursos da AID (IRAI) – antiga Avaliação das Políticas e Instituições dos Países (APIP).<sup>3</sup> Consiste em 16 critérios, agrupados em quatro áreas, e o critério da “política da dívida” na área de gestão económica cobre a capacidade de gestão da dívida. O critério da política da dívida tem quatro sub-elementos: estratégia/sustentabilidade; coordenação entre política da dívida e política macroeconómica; estatística e instituições; e coordenação entre as agências. Contudo, pede-se aos quadros que dêem um resultado global numa classificação numa escala de 6 pontos à política da dívida, sem qualquer indicação sobre como combinar resultados nas quatro sub-áreas que têm níveis diferentes, ou qual dos critérios tratar como mais importante se a capacidade variar.

Conforme descrito na 26ª edição, a metodologia do PFC para a Fase IV está sub-dividida em 22 critérios, cada um com cinco sub-divisões. Estas fazem uma distinção clara entre uma meta global de sustentabilidade da dívida, os processos necessários para conceber, aprovar e implementar uma estratégia, as estruturas legal, institucional e de coordenação necessárias para apoiar a gestão da dívida; e a capacidade técnica organizada de acordo com as funções de *front*, *middle* e *back office*, assim como sub-divididas em dívida externa, dívida interna e novos financiamentos externos. Também avalia a disponibilidade de

quadros formados capazes de formular e executar estratégias, a qualidade de planos nacionais para continuar a fortalecer as capacidades e se o Governo está a interagir com a sociedade civil, estruturas políticas e a comunidade internacional para discutir a estratégia. Esta desagregação permite a cada país conferir a si próprio um resultado entre 1 e 5 para cada sub-divisão e fazer uma distinção clara entre as áreas ou agregar os resultados de forma transparente para alcançar um resultado global de gestão da dívida.

A Tabela 1 mostra em maior pormenor como os critérios da AID e do PFC estão relacionados uns com os outros. Como a metodologia do PFC é muito mais abrangente, a fim de comparar os critérios com maior precisão, foi necessário eliminar muitas das áreas cobertas pela metodologia do PFC e focar apenas nos poucos critérios ou sub-critérios que possam ser comparados com os sub-elementos da AID. A Tabela 1 também mostra que:

- A avaliação do PFC PPME da sustentabilidade da dívida permite flexibilidade para os países escolherem indicadores acordados a nível regional ou nacional como critérios e fornece limiares indicativos quer para a dívida interna quer para a externa.
- Em termos de novos financiamentos, a AID foca apenas no facto de os montantes e as condições serem ou não conducentes à sustentabilidade da dívida de longo prazo, enquanto o PFC examina uma gama de 23 indicadores da eficácia do financiamento (incluindo montantes e concessionalidade), para julgar se é provável que a ajuda seja suficientemente eficaz para melhorar as perspectivas de reembolso, e permitindo a um país avaliar o seu desempenho no cumprimento da sua política de ajuda nacional.
- A AID avalia a coordenação entre as políticas da dívida e macroeconómica, e selecciona a separação das funções das políticas da dívida e monetária, mas a metodologia do PFC também avalia a coordenação com as necessidades de financiamento da estratégia de redução da pobreza e a política de desenvolvimento nos sectores fiscal, monetário e financeiro para emissão da dívida interna.
- É difícil identificar exactamente quantos dos aspectos institucionais da AID deverão ser avaliados (tais como uma unidade da dívida “bem estabelecida”, com “sistemas eficientes” ou “capacidade analítica”). Por outro lado, o PFC analisa exaustivamente as funções e a composição da Unidade da Dívida usando

cinco áreas avaliando o seu suporte legal, responsabilidades, procedimentos administrativos e de trabalho. Tem três formas separadas para avaliar a capacidade analítica, incluindo a existência de uma equipa formada para formular uma estratégia, capacidade em seis áreas analíticas e os números, as descrições de atribuições, qualificações, experiência e formação de quadros em cada unidade. Na estatística da dívida, vai além do critério da AID para incluir oportunidade e disseminação, alinhando-o rigorosamente com o Quadro de Avaliação da Qualidade dos Dados do FMI.

- Em termos de estratégia da dívida, o PFC vai além da capacidade dos países para produzir uma estratégia da sustentabilidade da dívida e examina também se a estratégia está a ser **discutida** ao nível apropriado (com o Conselho de Ministros, o Parlamento, a sociedade civil e a comunidade internacional) e se a estratégia foi finalmente **implementada**.
- Por último, em relação ao quadro legal, o PFC olha além da contracção de empréstimos para garantias e serviço, assim como um fluxo de informações sobre a dívida dentro **e além** do governo.

## Implementação

Outra diferença-chave entre as duas avaliações é o modo como são empreendidas.

- Ao abrigo do PFC o país empreende a sua própria auto-avaliação num processo coordenado participativo que inclui todas as estruturas de governo relevantes. Os resultados são completamente justificados por uma descrição de lacunas e soluções propostas. Isto é depois sujeito a um controlo de qualidade pelas instituições parceiras que implementam o PFC. Além disso, a avaliação do PFC é actualizada em cada actividade de fortalecimento de capacidades realizada na região ou no país, assegurando que esta reflecte com exactidão a situação do país. Não há dependência de fontes ou relatórios secundários. Isto permite uma apropriação total da avaliação resultante, ao mesmo tempo que garante realismo e comparabilidade em todos os países. Os resultados da avaliação também são publicados no *website* do PFC.
- A avaliação do IRAI é empreendida pelos quadros da AID, em duas fases: uma fase de indicadores de referência em que se classifica uma pequena amostra representativa de países de todas as regiões; uma segunda fase em que funcionários de países da AID classificam os restantes países usando os

<sup>1</sup> Ver *Debt Relief for the Poorest: an Evaluation Update of the HIPC Initiative*, disponível no endereço [www.worldbank.org/oed](http://www.worldbank.org/oed)

<sup>2</sup> Ver *Assessing Debt Management Capacity: the HIPC CBP Methodology*, disponível no endereço [www.hipc-cbp.org/files/en/open/Publications](http://www.hipc-cbp.org/files/en/open/Publications)

<sup>3</sup> Para mais pormenores, ver Banco Mundial. *Operations Policy and Country Services*. “Country policy and Institutional Assessment: 2005 Questionnaire”. 20 de Dezembro de 2005.

# ME: PFC E AID COMPARADOS

resultados dos países de referência como postes indicadores, apresentando uma justificação por escrito para revisão a nível dos corpos gerentes. Os quadros da AID são exortados a usar duas fontes secundárias como postes indicadores aquando da avaliação dos resultados dos países: os Indicadores de Acesso a Capital PREM/DEC (que medem os tipos de capital que os países recebem), e o Sistema de Prestação de Contas da Dívida (DRS) do Banco Mundial que reporta classificações da situação (que mede se os países reportam dados da dívida anualmente ao Banco Mundial). Mas nenhuma destas fontes está directamente relacionada com os sub-critérios usados para avaliar as capacidades dos países. Os Indicadores de Acesso a Capital são indicadores de efeitos que podem reflectir ou uma estratégia do governo ou factores exógenos. Do mesmo modo, os indicadores de prestação de contas do Banco Mundial aplicam-se apenas a um aspecto de disseminação da estatística nacional (e um país poderá ter estatísticas da dívida exactas sem as reportar ao Banco). As avaliações não são discutidas com os países embora desde 2006 os resultados tenham sido publicados no *website* da AID.

## Objectivos e Usos dos Resultados

TA diferença final entre as duas metodologias reside nos seus objectivos finais. Os resultados do PFC (e as soluções que os acompanham propostas pelos países) são usados para avaliar os progressos no sentido dos resultados da capacidade de gestão da dívida esperados do PFC e funcionam por isso como uma ferramenta da GPR para conceber (juntamente com as autoridades do país) um programa de apoio planeado com exactidão para os países melhorarem as áreas com resultados baixos que foram identificadas como prioridade. Por outro lado, o RAI da AID é usado como meio de afectar recursos da AID conforme o desempenho do país: mas não se faz nenhum elo sistemático entre resultados baixos de gestão da dívida e um foco mais alto na assistência aos países para melhorar a gestão da dívida, quanto mais entre sub-elementos do critério e assistência específica em aspectos tais como reforma institucional ou melhoria da base de dados.

## Conclusão

De um modo geral, as metodologias do PFC e da AID são tão diferentes que mal se podem comparar. A metodologia do PFC é uma avaliação mais profunda e abrangente das capacidades técnica e institucional dos países de gestão da dívida, ao passo que a metodologia da AID é uma

avaliação mais resumida da gestão da dívida como parte de uma avaliação mais ampla das políticas e instituições dos países. Como resultado, os critérios da AID não permitem que os avaliadores sejam tão objectivos ou abrangentes como os do PFC. Também focam mais no facto de os indicadores específicos estarem a ser cumpridos e não no facto de o governo estar a conceber e a implementar a sua própria política afectando esses indicadores.

Por último, dado que se aplicam através de uma análise por especialistas não-dívida dependendo muito de fontes secundárias, é improvável que os seus resultados sejam tão objectivos ou realistas como os do PFC que são conduzidos por especialistas com conhecimentos pormenorizados de aspectos da dívida e das condições em cada país; e os resultados da AID não pertencem aos países porque não incluem qualquer auto-avaliação dos países. Como resultado, não proporcionam (e de facto não se destinam a fazê-lo) qualquer base operacional para conceber com as autoridades do país medidas para aumentar a capacidade de gestão da dívida do país e de estratégia da dívida. Neste contexto, saúda-se o facto de a AID estar actualmente a lançar um processo para conceber melhores indicadores da AID – um processo para o qual o PFC ofereceu a sua cooperação total.

**Tabela 1 Comparando a cobertura do BM e do PFC**

Critérios do Banco Mundial	Critérios do PFC
Indicadores da Carga da Dívida	Indicador de Desempenho 1 – Número de PPME que mantêm a dívida a níveis sustentáveis
Novos Financiamentos	II. 2. II. 5. Efeito: aplicação de directivas e melhor financiamento disponível ao país. Alcançando indicadores de ajuda nacionais
Coordenação Institucional	Indicador de Desempenho 2b. 4 - Mecanismos de coordenação entre as agências
Unidade da Dívida	Indicador de Desempenho 2a. 2 – Qualidade técnica da estratégia nacional da dívida
	II.(1,3).I Registo da Dívida Externa e Interna:
	II. 5. III. 2. Unidades apropriadas bem colocadas ao abrigo da Agência, sua responsabilidade claramente definida, bem apoiadas pela legislação, e procedimentos administrativos e de trabalho em vigor para regular interacções.
	II. 5. I. 2. Número e distribuição de quadros
	II. 5. I. 3. Qualificações/experiência/formação de quadros para postos de trabalho
Estratégia da Dívida	Indicador de Desempenho 2a – Número de PPME com estratégias de gestão da dívida que são actualizadas pelo menos uma vez por ano
	Indicador de Desempenho 3a. 1 – Equipa formada disponível para formular a estratégia nacional da dívida
	II. 4. III. 4. Análise do Portfolio e dos Riscos
	II. 5. IV. 2. Interação/discussão com a sociedade civil sobre a estratégia
	II. 5. IV. 3. Interação/discussão com estruturas políticas
	II. 5. IV. 4. Interação/discussão com a comunidade internacional
Enquadramento Legal	Indicador de Desempenho 2b.2 – Âmbito e qualidade de leis e regulamentos/decretos sobre a publicação e a prestação de informações públicas sobre gestão da dívida e fluxo de informações entre agências
	Indicador de Desempenho 2b.5 – Circulares de legislação e implementação que definem claramente os parâmetros para contracção da dívida, garantias e efectuação do serviço da dívida

# O COMITÉ EXECUTIVO ACORDA PASSOS PARA ACELERAR PROGRESSOS

**O** 18º encontro do Comité Executivo do PFC PPME realizou-se em Tegucigalpa de 31 de Outubro a 2 de Novembro. Os pontos principais emergentes das discussões foram:

- Os empreendimentos do PFC continuaram a impressionar os doadores de forma positiva, quer no reforço da sustentabilidade da dívida quer no fortalecimento de capacidades.
- Os PPME terão de decidir até Dezembro como desejam medir a sustentabilidade da sua dívida de longo prazo, indo além do quadro de sustentabilidade da dívida das IBW, quando necessário.
- Todos os PPME deverão conceber planos nacionais de fortalecimento da capacidade de gestão da dívida com a assistência dos OR o mais cedo possível, devendo estes constituir a base de todo o futuro apoio para melhorar a sua capacidade de gestão da dívida.
- Os doadores exortaram as IBW a usar as auto-avaliações do PFC da capacidade de gestão da dívida na concepção das suas iniciativas actuais para assistir os PPME com estratégias da dívida, e a executar qualquer futura assistência através dos organismos parceiros regionais do PFC.
- Os PPME declararam a sua intenção de aumentar o seu papel nos encontros do Comité Executivo, através de uma preparação e de um acompanhamento mais activos, e reiteraram o seu compromisso face a mobilizar co-financiamento e a coordenar todo o futuro apoio

à estratégia da dívida através de enquadramentos orientados pelo PPME concebidos pelo PFC.

- A implementação de projectos precisa de acelerar: os doadores acordaram uma maior flexibilidade para responder a necessidades urgentes dos países entre Comités Executivos.
- Os doadores concordaram que o PFC pode realizar missões de avaliação de pedidos aos novos PPME da "cláusula de prescrição" (Eritreia, Haiti, Quirguistão, Nepal) usando fundos básicos o mais cedo possível, sujeitas a pedidos dos próprios PPME.

- Os doadores exortaram os OR a redobrar esforços para mobilizar outro financiamento e planear a sua sustentabilidade financeira pós-Junho de 2009, através do desenvolvimento de Planos de Sustentabilidade.
- O Monitor do PFC apresentou o rascunho de um programa de trabalho, cuja prioridade máxima é acordar indicadores e um sistema de monitorização para o desempenho e a sustentabilidade dos OR.
- O próximo encontro do CE realizar-se-á na região do WAIFEM a partir de 29 de Outubro de 2007.



*Caption: 18º encontro do Comité Executivo do PFC PPME. Tegucigalpa, Outubro 2006*

## DINÂMICA DA DÍVIDA PÚBLICA NA ÁREA DO FRANCO



**O**s indicadores da dívida pública nos países da zona do franco desenvolveram-se substancialmente durante as quatro últimas décadas, caracterizadas especificamente por um aumento substancial dos rácios de endividamento e indicadores de liquidez para a dívida entre os anos de 1960 e 1980, tendo-se iniciado uma tendência descendente em meados dos anos de 1990. Durante a última década, em particular, registou-se uma queda substancial dos indicadores da dívida pública.

Nesta análise, usaremos o novo quadro de análise de sustentabilidade fiscal do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial, que implica o estudo do impacto de políticas fiscais na dívida pública. Este quadro analítico implica várias vantagens, incluindo uma identificação mais sistemática da interacção entre a dívida pública e o quadro macroeconómico e os controlos que as autoridades das políticas económicas têm de usar para assegurar a sustentabilidade da dívida pública de longo prazo.

Deste ponto de vista, as mudanças na dívida pública de um país são influenciadas por diversas variáveis, e mais importante ainda, pela taxa de juro real, pela taxa de crescimento económico real, pela depreciação ou apreciação da taxa de câmbio real, pelo saldo orçamental primário, e por outros fluxos, quer criem dívida quer não (alívio da dívida, passivos contingentes, e donativos).

Um exame da dinâmica da dívida pública nos países da zona do franco mostra que a dívida pública em todos os países registou quedas durante o período de 1994-2004, embora de formas diferentes. Contudo, os rácios de endividamento mantiveram-se elevados em certos países em fins de 2004, primariamente naqueles que tinham operado menos progressos na Iniciativa de Países Pobres Muito Endividados (PPME), que se encontram ou passaram por situações de conflito. Contudo, várias observações essenciais são adequadas:

1. A influência de uma dinâmica endógena ou automática é preponderante na redução de rácios de endividamento na zona do franco (excepto nos Camarões, na Costa do Marfim, no Gabão e no Senegal). Uma dinâmica endógena da dívida descreve mudanças no rácio de endividamento que ocorrem independentemente de novos financiamentos

derivados da política fiscal. Pode-se atribuir esta situação à diferença entre as contribuições relativas da taxa de juro real, da taxa de crescimento do PIB real e da taxa de câmbio real.

- O crescimento do produto real tem de um modo geral tido um impacto substancial na dinâmica da dívida. O grau deste impacto realça o facto de a sustentabilidade da dívida ser mais frágil devido à limitação da base produtiva. Como resultado, os choques exógenos – mesmo os de menor intensidade – podem minar a dinâmica da dívida, mesmo quando os novos financiamentos são altamente concessionais. Como resultado, é essencial fortalecer a base produtiva para proteger contra um agravamento da dinâmica da dívida.
- O alívio da dívida tem contribuído de forma significativa para a redução dos rácios de endividamento na zona do franco, mesmo antes da Iniciativa PPME, devido primariamente à natureza concessional do alívio da dívida convencional obtido pela maioria dos países (condições de Nápoles), e à renegociação da dívida pública, que tornou possível evitar a sua recapitalização através da acumulação de pagamentos de atrasados.
- As políticas fiscais têm sido factores na acumulação da dívida e não no alívio da dívida para vários países, à excepção digna de nota do Benim, dos Camarões, da Costa do Marfim,

do Gabão, da Guiné Equatorial, do Senegal e do Togo. Conforme acentuado em vários estudos, a acumulação simultânea de défices orçamentais e de desempenho do crescimento económico nestes países confirma a natureza pro-cíclica das políticas fiscais em vários países da zona do franco.

- Apesar da natureza concessional do financiamento mobilizado pelos países da zona do franco, as suas novas políticas de novos financiamentos têm contribuído pouco para o alívio da dívida. Consequentemente, parece que o endividamento a taxas concessionais por si não garante rácios de endividamento estáveis ou decrescentes.
- A importância de uma dinâmica endógena da dívida e do alívio da dívida nas tendências decrescentes dos rácios de endividamento mostra que as mudanças observadas não são o resultado de uma programação sistemática do alívio da dívida pelos Estados. Esta situação levanta a questão da apropriação da estratégia de alívio da dívida, assim como a consciencialização das consequências de uma dívida excessiva. Em certos países tem-se expressado a necessidade de aumentos da nova dívida para financiar o desenvolvimento e a redução da pobreza.
- Embora a programação do alívio da dívida tenha sido complicada pelo facto de o desempenho económico nos países da zona

do franco ser altamente dependente de flutuações nos preços das mercadorias e nas taxas de câmbio, ainda é essencial assegurar que os próprios países apoiem as estratégias de alívio da dívida.

- A Iniciativa PPME e outras iniciativas internacionais de alívio da dívida (iniciativa de alívio da dívida multilateral - IADM e contrato de desendividamento e desenvolvimento - *Contrat de Désendettement et de Développement*—C2D) irão claramente contribuir para uma redução substancial do stock da dívida em países, cujos rácios de endividamento ainda se mantinham superiores a 70 por cento em fins de 2004 (Congo, Costa do Marfim, Togo e Guiné-Bissau). Contudo, a credibilidade dos indicadores da monitorização da dívida está em questão para vários países que já alcançaram o ponto de culminação da Iniciativa PPME, visto que os seus rácios de endividamento são inferiores a 70 por cento, ao passo que os seus níveis da dívida externa se mantêm insustentáveis à luz dos critérios da Iniciativa PPME (valor actualizado líquido/exportações de bens e serviços superior a 150 por cento);
- Tentativas de alcançar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio até ao horizonte de 2015 poderão conduzir a um aumento dos requisitos financeiros, o que irá claramente causar um agravamento dos rácios de endividamento, se não forem cumpridos com contribuições e donativos complementares.

## MALAWI RECEBE ALÍVIO DO CLUBE DE PARIS NO PONTO DE CULMINAÇÃO



O Malawi alcançou o Ponto de Culminação ao abrigo da Iniciativa PPME Reforçada a 31 de Agosto depois de preencher todas, menos duas, das condições desencadeadoras acordadas com o FMI e o Banco Mundial no Ponto de Decisão em Dezembro de 2000. A Análise de Sustentabilidade da Dívida (ASD) do PC empreendida pelo Governo e pelos quadros do FMI e do Banco Mundial indicaram que só com a assistência PPME, o stock da dívida externa do Malawi de US\$2.97 mil milhões em fins de 2005 teria continuado a ser insustentável, mesmo depois de o país receber alívio da dívida máximo conforme prometido no Ponto de Decisão. O valor actualizado (VA) da

dívida relativo à exportação de bens e serviços foi de 245% em fins de 2005, que é superior ao limiar da Iniciativa PPME de 150 por cento. Os resultados da ASD indicaram que a dívida externa teria sido insustentável após 2015, o ano para o cumprimento dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Os indicadores agravaram-se desde o Ponto de Decisão, altura em que se estimou que o rácio valor actualizado para as exportações seria de 169% em fins de 2005.

Também se estimou que se os credores bilaterais (a maioria dos quais é do Clube de Paris) fornecessem alívio da dívida adicional voluntário, o VAL da dívida do Malawi relativo às exportações seria reduzido de 245% para 229%, superior ao limiar PPME em 79%.

### **Topping-up sobre o Alívio da Dívida PPME**

A situação insustentável da dívida externa descrita acima sugeria que o Malawi requeria "topping-up" ou alívio da dívida adicional no Ponto de

Culminação para alcançar a sustentabilidade. O Malawi qualificou-se para "topping-up" porque tinha sido exposto a três grandes choques exógenos desde o Ponto de Decisão: nível mais baixos de exportação como resultado de uma queda significativa dos preços de exportação; uma queda das taxas de desconto internacionais usadas para calcular a sustentabilidade da dívida; e uma queda do valor do dólar norte-americano (US\$) comparado com outras divisas. Em vista disto, os Conselhos do FMI e do Banco Mundial aprovaram que o Malawi requeria "topping-up" equivalente a US\$411 milhões em termos de valor actualizado para reduzir o VA para exportações para 150%. Isto implica que o alívio da dívida total para o Malawi necessário para alcançar a sustentabilidade seria de US\$1,054 milhões em termos de valor actualizado.

### **Perspectivas de Sustentabilidade da Dívida ao abrigo da IADM**

Ao alcançar o Ponto de Culminação, o Malawi

também se tornou elegível para alívio ao abrigo da Iniciativa de Alívio da Dívida Multilateral (IADM) que prevê uma anulação de 100 por cento da maior parte do stock da dívida ao FMI, à AID e ao BAD. A ASD do PC indicou que com a implementação da IADM se prevê que a dívida externa do Malawi seja reduzida para 43% VA/exportações em fins de 2005. Em termos nominais a dívida externa foi reduzida de US\$2.97 mil milhões para US\$488 milhões.

#### Reestruturação da Dívida do Clube de Paris

O Governo do Malawi e os países credores' do Clube de Paris reuniram-se a 19 de Outubro para

fornecer mais alívio da dívida na sequência do Ponto de Culminação. Os credores' do Clube de Paris comprometeram-se a anular US\$356 milhões da dívida do Malawi de US\$363 milhões a 1 de Agosto, em reconhecimento do compromisso do Governo face a uma boa governação económica e à determinação em usar alívio da dívida e outros recursos públicos para implementar uma estratégia abrangente de redução da pobreza. Os procedimentos foram conforme o seguinte:

- US\$180 milhões foram amortizados imediatamente como parte da parcela do Clube de Paris dos esforços de alívio da dívida na Iniciativa PPME Reforçada.

- US\$176 milhões serão amortizados após a conclusão de acordos bilaterais. Deste montante, devem-se US\$150 milhões ao Japão. O Governo já assinou a Troca de Notas com o Japão sobre a anulação da dívida em 2004. O restante, (US\$26 milhões) são dívidas à Espanha e França, que também se comprometeram a fornecer uma anulação de 100 por cento após a assinatura de acordos bilaterais.

<sup>1</sup> Os credores do Clube de Paris do Malawi incluem a Áustria, a Bélgica, a Dinamarca, a França, a Alemanha, a Itália, os Países Baixos, a Noruega, a Espanha, a Suécia e o Reino Unido.

# ACTUALIZAÇÃO DA METODOLOGIA DOS NOVOS FINANCIAMENTOS DO PFC

TA metodologia do PFC PPME para análise das políticas e dos procedimentos dos doadores/credores foi actualizada para incluir os indicadores da Declaração de Paris para prestação de contas mútua sobre a eficácia da ajuda, permitindo aos países avaliar o cumprimento da Declaração de Paris ao mesmo tempo que avaliam aspectos mais amplos tais como a condicionalidade.

A Declaração de Paris contém 12 indicadores, oito para a monitorização dos progressos pelos doadores e quatro para países receptores ou "parceiros". Embora todos estes indicadores estivessem a ser cobertos pelos critérios do PFC PPME para avaliação das políticas e dos procedimentos dos doadores e dos receptores, a nova metodologia separa-os em maior pormenor para permitir que cada indicador de

Paris seja monitorizado. A tabela abaixo compara os critérios da metodologia do PFC PPME revista e os indicadores de Paris. Mostra como todos os critérios de Paris são cobertos e também como a metodologia do PFC avalia muitos mais aspectos que são do interesse dos países. A nova metodologia pode ser descarregada do *website* privado do PFC PPME.

Avaliação PFC PPME dos doadores	Indicadores de eficácia de Paris para os doadores
<b>CrITÉrios de polÍticas</b>	
<b>Concessionalidade:</b> conforme medida pelo elemento de donativo	
Tipos de assistência: apoio ao orçamento/à balança de pagamentos, projectos, AT ou ajuda alimentar/compra de mercadorias	
<b>Canais de assistência:</b> através do orçamento ou extra-orçamento	Indicador 4: fornecimento de assistência técnica como assistência no fortalecimento de capacidades orientada pelos parceiros
<b>Sectores e projectos:</b> apoio ao DERP ou prioridades orientadas pelos doadores	Indicador 3: fluxos de ajuda alinhados com as prioridades nacionais (canalizados através do orçamento)
<b>Flexibilidade:</b> apoio em caso de 'choques' ou a novas áreas	
<b>Previsibilidade:</b> plurianual ou anual e se as promessas são cumpridas ou não	
Condicionalidade de políticas: número e grau de cumprimento	
<b>Dialógo de polÍticas:</b> graus de empenho dos doadores na política económica, apoio independente aos governos ou alinhamento com as IBW	
<b>CrITÉrios de procedimentos</b>	
<b>Condições precedentes:</b> tipos e graus de cumprimento (incluindo fundos correspondentes, PIU)	Indicador 6: fortalecimento das capacidades evitando unidades paralelas de implementação de projectos (PIU)
<b>Método de desembolso:</b> através de pagamento directo ao orçamento ou de pedidos de reembolso	
<b>Procedimentos de desembolso:</b> número de procedimentos separados (monitorização, operações bancárias, contabilidade, relatórios e auditoria), atrasos de meses nos desembolsos	
<b>Procedimentos de compras:</b> número, complexidade e atrasos emergentes no desembolso (% ligação, média de atrasos em meses)	
<b>Harmonização:</b> doadores conduzem missões no terreno e trabalho analítico conjuntos	Indicator 10a: harmonisation: % of field missions that are joint Indicator 10b: Harmonisation: % of joint country analytical work
Uso de sistemas dos governos: gestão das finanças públicas e procedimentos de contratação pública dos governos	Indicador 5b: uso de sistemas de contratação pública dos países (% de ajuda e % de doadores)
	<b>CrITÉrios para avaliação dos receptores pelos doadores</b>
	Indicador 1: Apropriação: os parceiros têm estratégias de desenvolvimento operacionais
	Indicador 2a: Alinhamento: sistemas de gestão das finanças públicas fidedignos dos países
	Indicador 2b: Alinhamento: sistemas de contratação pública fidedignos dos países
	Indicador 11: Quadros orientados para os resultados – número de países com quadros de desempenho – avaliação
	<b>Indicador de progressos conjunto</b>
	Indicador 12: Prestação de contas mútua: número de países em que os parceiros e os doadores empreendem uma avaliação mútua dos progressos da eficácia da ajuda

# INSTITUTO PALOP DE GESTÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA (IPGEF)

**O**s Governos dos cinco países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP – Angola, Guiné-Bissau, Cabo Verde, Moçambique e São Tomé e Príncipe) decidiram em Washington DC em Setembro de 2005 que tinham necessidade urgente de estabelecer um instituto para satisfazer as suas necessidades de capacitação na sua língua oficial e melhorar o desempenho de instituições públicas chave que tratam da gestão da dívida, macroeconómica e financeira. Representados pelos seus Ministros das Finanças e do Plano e seus Governadores dos Bancos Centrais, identificaram em pormenor as suas necessidades de fortalecimento de capacidades nas seguintes áreas:

- Gestão da dívida incluindo a) aspectos institucionais e legais; b) registo de estatísticas e dados, e c) estratégia da dívida, incluindo interpretação e análise de contratos de empréstimo, política da dívida e o desenvolvimento de mercados e instrumentos da dívida interna;
- Gestão financeira incluindo a) aspectos institucionais e legais; b) estatística incluindo reservas e operações monetárias e financeiras; c) aspectos de análise e de políticas incluindo gestão de reservas, supervisão de instituições bancárias e não-bancárias, gestão dos riscos, e políticas de desenvolvimento do mercado de capitais; e
- Gestão macroeconómica incluindo a) aspectos institucionais e legais, b) estatística incluindo contas nacionais, balança de pagamentos, contas monetárias e fiscais; e c) aspectos

analíticos e de políticas especialmente da política fiscal (quer receitas quer despesas), comércio, política do sector real, e programação e modelação do crescimento e da redução da pobreza.

Durante o processo de preparação de projectos, os PALOP beneficiaram das experiências facilitadas pelos peritos em fortalecimento de capacidades de Organismos tais como a Fundação Africana para o Fortalecimento de Capacidades (ACBF) e outros organismos regionais de fortalecimento de capacidades (BCEAO, BEAC, MEAFI e WAIFEM) sobre os elementos e as ferramentas chave de fortalecimento de capacidades e técnicas para avaliação de necessidades de fortalecimento da capacidade de gestão da dívida. É importante chamar a atenção para o facto de os países que já pertencem a um destes outros organismos regionais se manterem membros destes outros organismos, que irão continuar a ministrar formação em língua inglesa ou francesa.

No encontro do Comité Executivo do PFC PPME em Novembro de 2006, os doadores assinalaram o seu interesse em permitir ao PFC implementar o seu fortalecimento de capacidades para os PALOP com o Instituto. Deixaram bem claro que antes de desembolsarem fundos o Instituto teria de:

- Estar legalmente estabelecido como um organismo de formação regional independente.
- Ter um acordo formal dos Governos PALOP para financiar 20% do seu orçamento.
- Assegurar um acordo formal entre os Governos PALOP quanto à sua localização.
- Recrutar um Director Executivo e quadros

seniores de forma transparente e em concorrência.

- Assinar um Memorando de Entendimento com a DRI que descreva o programa de trabalho e o orçamento do Instituto para usar fundos do PFC PPME, assim como o processo de transferência de responsabilidades da DRI para o Instituto; e
- Aceitar formalmente os procedimentos financeiros do PFC PPME como base das despesas.
- Uma vez que estas condições tenham sido preenchidas, o Instituto PALOP aderirá aos outros
- Organismos Regionais que operam com a DRI na implementação da fase 4 do PFC PPME.

Once these conditions are met, the PALOP institute will join the other Regional Organizations that work with DRI in implementing phase 4 of the HIPC CBP.

Os PALOP já avançaram muito nestes passos. Chegaram a acordo que Angola acolherá o Instituto e pediram ao Governo de Angola que efectuasse os preparativos necessários para estabelecer o Instituto o mais cedo possível. Delegações angolanas já visitaram os outros PALOP para assegurar assinaturas de aprovação e compromissos de 20% do financiamento total e orientaram as discussões com os doadores, que resultaram em promessas financeiras da Fundação Africana para o Fortalecimento de Capacidades e da União Europeia, e promessas de cooperação técnica do FMI, PNUD e Banco Mundial. O Governo de Angola está a ultimar a concessão de estatuto legal ao Instituto como organismo inter-governamental para que este possa começar a contratar quadros. Sujeito à aprovação dos doadores, o PFC PPME está ansioso pelo início dos trabalhos com o Instituto PALOP em 2007.



## WAIFEM LANÇA FASE II DO PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DE CAPACIDADES

Apesar da sua riqueza em recursos naturais e de duas décadas de reformas, ainda falta aos cinco países da África ocidental anglófona que constituem a sub-região do WAIFEM alcançar um crescimento sustentável suficientemente elevado para reduzir a pobreza absoluta de forma substancial ou alcançar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM). Conhecimentos e competência inadequados para a gestão económica e financeira persistem como um constrangimento desencorajador. Como resposta, a Gâmbia, o Gana, a Libéria, a Nigéria e a Serra Leoa estabeleceram o WAIFEM em 1996 para desenvolver competências sustentáveis em gestão financeira e macroeconómica para os bancos centrais e os Governos. O Instituto efectua, há quase uma década, intervenções significativas para aumentar a capacidade. Em

1997 – 2000 focou na entrega de cursos de formação personalizados de curto prazo. Porém, implementa desde 2001 um programa de fortalecimento de capacidades (PFC) integrado de médio prazo, que compreende aspectos institucionais e organizacionais mais amplos.

### Impacto da Fase I do PFC (2001-05)

O principal objectivo da Fase I era o desenvolvimento de capital humano e o desenvolvimento institucional em dívida, gestão de reservas e divisas, operações fiscais e estatísticas macroeconómicas, regulamentação e supervisão do sistema financeiro, gestão monetária e de liquidez, técnicas anti-branqueamento de capitais e gestão de instituições de micro-finanças. O financiamento total era de US\$12.6 milhões, constituindo os bancos centrais membros a fonte

principal, US\$2.5m da ACBF e o resto de outros doadores e instituições (DFID, DRI, FMI, Asdi e UNITAR).

O programa foi executado através de workshops, seminários de políticas seniores, fóruns de executivos e legisladores, missões de avaliação de pedidos, consultivas e de desenvolvimento institucional, programas individuais, um website interactivo e cursos de ensino à distância. A implementação ultrapassou as expectativas quer em termos quantitativos quer qualitativos. Foram entregues em média 28 actividades por ano a 761 beneficiários, comparado com 24.5 actividades planeadas para 500 beneficiários. Para mais pormenores sobre o impacto da Fase I nos

**continua na página 15**

## **Workshops/Seminários Regionais**

Os Encontros Ministeriais PPME realizaram-se em Singapura a 16 de Setembro (ver página 2) e os Encontros do Comité Executivo em Tegucigalpa, Honduras, de 31 de Outubro a 2 de Novembro (ver página 4).

Pôle-Dette: Seminário a Alto Nível sobre Prevenção de Crises da Dívida Pública

A DRI e o Pôle-Dette organizaram um seminário regional a alto nível sobre prevenção da crise da dívida, 9-11 de Outubro de 2006, em Dacar (Senegal). Os países da CEMAC e da UEMOA participaram neste evento juntamente com representantes da União das Comores, do BCEAO, do BEAC, da Comissão da UEMOA e do Secretariado Executivo da CEMAC. Várias instituições internacionais contribuíram para enriquecer o debate com as suas apresentações de grande valor. Estas foram Advocates for International Development (A4ID), o Banco de França, a Direcção do Tesouro de Marrocos, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e Standard & Poor's.

O seminário tinha por objectivo sensibilizar os decisores para o valor de gerir a prevenção da dívida e implementar estratégias para a prevenção de novas crises da dívida. O seminário também proporcionou uma plataforma para discussão e uma oportunidade de grande valor para os participantes partilharem as suas experiências sobre a prevenção da crise da dívida e ganharem uma percepção de valor a partir das suas discussões sobre:

- Revisões da dinâmica da dívida nacional (ver página 6);
- Estratégias e ferramentas usadas pelo FMI para prevenção de crises da dívida pública em países de baixa renda;
- A experiência de Marrocos na gestão pró-activa e preventiva da dívida pública;
- O desenvolvimento dos mercados da dívida interna e a prevenção de riscos sistémicos;
- A importância de uma política forte de novos financiamentos na prevenção de crises;
- A importância de regulamentos orçamentais para estratégias da dívida de longo prazo na Zona do Franco CFA;
- Classificação soberana como ferramenta para a prevenção da crise da dívida;
- Protecção legal contra credores sem escrúpulos e contra a crise da dívida.

Durante o seminário, os representantes dos Estados-Membros apresentaram as suas experiências de prevenção da crise da dívida, o que ajudou a identificar os principais riscos de crises que cada país poderá enfrentar e as acções a implementar para abordar esses riscos. De um modo geral, os participantes comprometeram-se a:

- Desenvolver, aprovar e implementar estratégias nacionais da dívida e do financiamento;
- Estabelecer um quadro analítico de prevenção da crise da dívida, incluindo os modelos do QSD das IBW;

- Desenvolver estratégias de novos financiamentos para aumentar a capacidade de absorção e a eficiência da ajuda;
- Estabelecer estruturas para coordenar a gestão da dívida e as políticas macroeconómicas;
- Desenvolver o mercado financeiro e a gestão de riscos sistémicos;
- Executar um programa de fortalecimento de capacidades para implementar estas medidas.

## **Workshops Nacionais**

### **Bolívia: Workshop sobre a Análise da Sustentabilidade da Dívida com Base nos ODM**

Este evento realizou-se em La Paz a 16-26 de Outubro com a participação de uma equipa técnica nacional de 20 funcionários do Ministério do Planeamento do Desenvolvimento, do Ministério das Finanças e do Banco Central. Consistentemente com os esforços envidados pelo CEMLA para mobilizar apoio e co-financiamento de outras entidades, o CEMLA e a GTZ foram responsáveis pela sua organização, a GTZ financiou o evento e a DRI esteve encarregada da sua coordenação do ponto de vista técnico.

O objectivo era conceber uma estratégia para financiar os ODM e os objectivos do Plano de Desenvolvimento Nacional da Bolívia, mantendo ao mesmo tempo a dívida sustentável. Consequentemente, para além de preparar um relatório sobre a análise e sustentabilidade da dívida, o trabalho focou: (1) a avaliação dos custos necessários para alcançar os ODM e os objectivos do PDN e (2) a avaliação do desempenho dos doadores e credores para identificar perspectivas para melhorar o financiamento dos doadores. O documento resultante será ultimado e apresentado ao encontro do Grupo Consultivo no início de 2007.

### **Tanzânia: Workshop Nacional de Actualização da Análise da Estratégia da Dívida**

Este *workshop* técnico realizou-se de 22 a 29 de Novembro de 2006 em Dar es Salaam. Foi precedido de um exercício de validação de dados que teve início no mês de Setembro, conduzido por uma equipa de peritos do país, à qual aderiu no dia 16 de Novembro o Assessor Regional do CS-DRMS do MEFMI. Organizado na sequência da Metodologia do PFC PPME, o *workshop* foi bem sucedido, como resultado de uma boa base de dados, de um nível alto de capacidade (incluindo seis pessoas-recurso tanzanianas), da cooperação entre as agências de gestão da dívida e de um forte apoio de funcionários seniores da Tanzânia. O *workshop* foi de um modo geral financiado pelo Governo da Tanzânia, com apoio do PFC PPME que forneceu consultores regionais e internacionais, materiais de formação e apoio logístico.

O *workshop* visava a actualização da estratégia da dívida do país e a transmissão dos conhecimentos e da competência necessários à equipa nacional responsável pela gestão da dívida na Tanzânia. Considerando os indicadores Pós-IADM e PPME, a Tanzânia é altamente sustentável com um rácio VAL/EBS de 48.5% devido ao alívio da dívida obtido ao abrigo de PPME e da IADM

da ordem dos USD 4.6 mil milhões, à melhoria do desempenho económico e a um endividamento prudente junto de fontes concessionais.

O *workshop* recomendou que o endividamento por parte do Governo confira prioridade a empréstimos altamente concessionais, especialmente aos oferecidos por credores multilaterais e bilaterais, a fim de assegurar que a sustentabilidade continue a melhorar nos anos exteriores. Se o Governo decidir endividar-se junto de uma fonte comercial (digamos em USD 1 bilião por ano a um elemento de donativo de 15%), isto aumentaria rapidamente o VA da dívida em até 65% das exportações. Por isso esta estratégia não seria vantajosa e a Tanzânia precisa de ser muito prudente quanto ao seu futuro endividamento para financiar o cumprimento dos seus objectivos de desenvolvimento sem minar a futura sustentabilidade da dívida.

## **Missões Institucionais/de Acompanhamento**

**Etiópia.** A DRI conduziu uma missão institucional de revisão e planeamento de fortalecimento de capacidades a Adis Abeba no mês de Outubro. A prioridade institucional máxima é implementar o quadro legal através da construção e adopção de uma estratégia de financiamento do Governo de longo prazo pormenorizada, que actualize e combine estratégias anteriores de gestão da dívida e da ajuda e as integre com o processo do orçamento. Há uma forte apropriação desta proposta por parte de todos os departamentos relevantes do Ministério das Finanças e Desenvolvimento Económico e do Banco Nacional da Etiópia, e da convicção de que o futuro financiamento do Governo é uma prioridade a nível do Governo, em que muitos departamentos têm papéis chave a desempenhar. A missão também trabalhou com funcionários para conceber um Plano Nacional de Fortalecimento de Capacidades e ultimar a Proposta de Assistência Intensiva do Ministério das Finanças e Desenvolvimento Económico para apresentação aos doadores para possível co-financiamento.

**Guiné.** Uma missão de dois peritos da Zona do Franco visitou Conakry (Guiné) durante o período de 16-20 de Outubro de 2006 para ministrar formação nas funções do *software* CS-DRMS 2000+ 1.2 relacionadas com a estratégia da dívida a quadros profissionais na Divisão da Dívida. A missão também ministrou formação com respeito a tratamento do reescalonamento do Clube de Paris e sua aplicação no *software*, com base no uso de vários registos do Clube de Paris e dos diversos acordos bilaterais. A missão assegurou com sucesso que uma base de dados validada seja ultimada para futuros exercícios de estratégia e sustentabilidade da dívida com as IBW e o PFC.

**Mauritânia.** A pedido das autoridades mauritanas, uma missão da DRI visitou Nouakchott durante o período de 20 de Agosto a 5 de Setembro para apoiar o Comité Nacional da Dívida Pública (CNDP) no empreendimento de uma análise da sustentabilidade da dívida pública de longo prazo combinando a análise do alívio PPME e IADM com o quadro do FMI. Conforme a análise, a

sustentabilidade da dívida da Mauritânia só será possível se o país receber anulações adicionais substanciais da dívida bilateral árabe. O relatório preparado pelo CNDP foi amplamente partilhado entre os seus membros e foi objecto de discussões profundas com uma missão do FMI. Está planeado para 2007 um *workshop* de sensibilização para as autoridades pós-eleições para promover um compromisso político face à gestão da dívida.

## **Pôle-Dette: Missões para o Desenvolvimento de Planos Nacionais de Fortalecimento de Capacidades**

O desenvolvimento de planos nacionais de fortalecimento de capacidades para países da Zona do Franco envolveu missões ao Chade e ao Togo (9-13 de Outubro), à Guiné-Bissau (16-20 de Outubro), à RCA (23-27 de Outubro), à Guiné Equatorial e ao Mali (30 de Outubro-3 de Novembro), ao Gabão e ao Níger (6-10 de Novembro), à República do Congo (13-25 de Novembro), ao Burkina Faso (27 de Novembro-1 de Dezembro) e à Costa do Marfim (4-8 de Dezembro). O principal objectivo era ajudar funcionários destes países a concluir o modelo de planos nacionais de fortalecimento da capacidade de gestão da dívida. Estes planos consistem em:

- Definir a competência necessária (âmbito e profundidade) para elevar a gestão da dívida aos padrões/normas internacionais;
- Identificar a competência disponível no ciclo da dívida e avaliar as necessidades de fortalecimento de capacidades entre todos os actores (instituições e indivíduos);
- Identificar todas as acções necessárias para colmatar qualquer lacuna de competência assim como as instituições capazes de fornecer essa competência;
- Assegurar a consistência do fortalecimento de capacidades entre as estruturas envolvidas na gestão da dívida e dos seus quadros individuais.

De um modo geral, as missões constataram uma vasta gama de necessidades de competência para assegurar que a gestão da dívida seja efectuada por uma equipa multi-disciplinar composta por economistas macroeconómicos, agentes estatísticos, peritos financeiros, programadores de informática, juristas e contabilistas. As missões também identificaram indivíduos que deverão participar em sessões de formação, bem como nas diversas intervenções de fortalecimento de capacidades necessárias. Os funcionários do *middle office* precisam de apoio na análise da sustentabilidade da dívida, análise dos riscos, sustentabilidade das finanças públicas e concepção da política de novos financiamentos. Os quadros do *front office* precisam de apoio na implementação da política de novos financiamentos, gestão dos riscos, gestão da dívida interna e renegociação da dívida. As actividades de *back office* são relativamente mais avançadas, mas precisam de focar formação no uso mais favorável do *software* da dívida e na gestão do fluxo de caixa.

**Serra Leoa.** O WAIFEM e a DRI visitaram Freetown de

31 de Julho a 4 de Agosto para uma missão institucional que visava rever a implementação de recomendações anteriores e conceber um plano nacional de fortalecimento da capacidade de gestão da dívida. A missão constatou que a Serra Leoa tinha implementado a maior parte das recomendações ao actualizar o quadro legal, aumentar a coordenação entre agências do governo e aumentar a transparência através de publicações regulares sobre a gestão da dívida. Contudo, os dados sobre donativos e empréstimos são captados separadamente e a maior parte das unidades carecem de manuais de procedimentos.

Cada unidade tem um programa de formação de quadros para qualificações académicas e profissionais, mas há uma forte necessidade de fortalecimento de capacidades em novos financiamentos e dívida interna. A Serra Leoa tem políticas claras de novos financiamentos que favorecem donativos ou empréstimos com um elemento de donativo de 35%, e está empenhada em eliminar a dependência da assistência externa para conceber e implementar políticas. Por isso a missão recomendou que:

- A legislação descrevesse todos os passos e a análise necessários para contrair novos empréstimos;
- A Serra Leoa desenvolvesse a sua própria política de gestão da ajuda para responsabilizar os doadores e credores pela aceleração do alinhamento com as políticas do Governo;
- Se treinassem mais quadros em como avaliar as políticas e os procedimentos dos doadores e credores e que o Governo desenvolvesse um Compêndio das suas práticas;
- O Governo tivesse uma política mais clara da emissão da dívida interna.

O Governo sugeriu que o WAIFEM/a DRI o ajudassem a conceber um projecto de assistência intensiva para apoio à política de novos financiamentos e da dívida interna, para a qual o MF poderia procurar obter financiamento.

## **Metodologia, Ferramentas de Fortalecimento de Capacidades, Ensino à Distância, Colocações e Coordenação**

O trabalho de metodologia este trimestre focou na revisão das mudanças na metodologia dos novos financiamentos (ver página 8) e na actualização dos documentos técnicos para incluir os mais recentes desenvolvimentos da IADM, assim como na redacção de mais um módulo para o ensino à distância sobre a dívida interna. O PFC também está a empreender uma análise comparativa das avaliações da AID e do PFC da capacidade de gestão da dívida PPME (ver página 4).

No programa de ensino à distância, 30 estudantes concluíram a tempo o seu primeiro módulo e iniciaram os trabalhos no seu segundo módulo a 27 de Novembro de 2006. Atrasos na compilação de dados e documentos nacionais tiveram como resultado alguns atrasos modestos na apresentação de tarefas de estudantes de São Tomé e Príncipe e do Senegal,

contudo, estes estão agora a apresentar os seus trabalhos atempadamente. O *feedback* aos primeiros módulos foi muito positivo e os estudantes indicaram que estão a aprender ainda mais do que em workshops e que os mentores os têm ajudado muito.

O Director e o Oficial do Programa de Gestão da Dívida do WAIFEM foram colocados na DRI no mês de Setembro para receberem formação em todos os aspectos das metodologias do programa do PFC PPME, planificação e coordenação de eventos, redacção de relatórios, ferramentas da GPR e contribuições para produtos multi-regionais, e procedimentos e práticas financeiros.

O PFC também realizou várias actividades de coordenação durante os últimos seis meses para cimentar relações com organismos/organizações e doadores internacionais. Estas incluem missões às IBW, ao Banco Africano de Desenvolvimento e aos Governos canadiano e suíço, assim como a participação no Fórum África-OCDE sobre Gestão da Dívida Pública. Estes mantiveram discussões muito positivas sobre o futuro trabalho conjunto, partilhando resumos de avaliações das capacidades dos países e a análise da sustentabilidade da dívida pós-PPME

## **Futuras Actividades**

Durante os próximos seis meses, o PFC PPME irá implementar as seguintes actividades:

- **Workshops Regionais:** sobre o novo quadro de sustentabilidade da dívida das IBW para o MEFMI, Pôle-Dette e WAIFEM, Formação de Formadores para os países do Pôle-Dette e PALOP, e o Workshop dos Mentores do Programa de Ensino à Distância.
- **Missões de Avaliação de Pedidos para Novos PPME** (prioritando o Haiti e o Quirguistão);
- **Workshops Nacionais:** Angola, Bolívia, Burkina Faso, Burundi, Cabo Verde (não-PFC), Comores, Etiópia, Guiana, Quênia, Malawi, Mali, Senegal e Zâmbia.;
- **Missões Institucionais/de Acompanhamento:** Angola, Benin, Burundi, Camarões, República Centro-Africana, Chade, Comores, Congo, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Honduras, Libéria, Malawi, Mali, Mauritânia, Moçambique, Nicarágua, Níger, Ruanda, São Tomé e Príncipe, Senegal e Togo.
- **Colocações:** de um membro individual do MEFMI, de quadros do MEFMI e de membros individuais do Pôle-Dette na DRI, e de membros individuais do Pôle-Dette e de não-OR no FMI em Washington.
- **Produtos de Informação e Ensino à Distância:** o PFC irá ultimar publicações sobre Negociações da Dívida no âmbito da Iniciativa PPME Reforçada, e Melhores Práticas Legais e Institucionais de Gestão da Dívida, e produzir a 30ª e a 31ª edições do Boletim Informativo, e 4 listserve sobre os mais recentes desenvolvimentos em gestão da dívida. Os estudantes do ensino à distância irão concluir mais 2 módulos e serão escritos mais 2 módulos da dívida interna.

**N**o último trimestre, o PFC CPE operou no sentido de encerrar ciclos de projectos em vários países, assistiu novos países nos seus pedidos de apoio, realizou o seu 7º Comité Directivo, conduziu encontros de coordenação com o Banco Africano de Desenvolvimento, a ACIDI, o FMI a ONU e o Banco Mundial, continuou a desenvolver o seu software, os seus recursos técnicos e produtos de informação.

## PROGRESSOS DOS PAÍSES

TOs países do programa operaram progressos conforme o seguinte:

- A **Bolívia** solicitou formalmente mais apoio e está a identificar potenciais doadores com ajuda do PFC.
- O **Burkina Faso (1º Ciclo)** encerrou o seu projecto-piloto com um evento de disseminação de resultados no mês de Novembro e ultimou e disseminou o seu relatório analítico (ver página 13).
- Os **Camarões (1º Ciclo)** têm estado ocupados a editar o seu relatório analítico, tendo concluído o trabalho no terreno e as verificações de qualidade dos dados. A disseminação foi reescalada para o início do 1ºT de 2007.
- A **Gâmbia (2º Ciclo)** tem estado a implementar as recomendações da primeira Missão de Acompanhamento no mês de Setembro e está a planear acolher uma segunda missão no 1ºT de 2007 para ultimar a base de dados e abordar a análise e a redacção do relatório.
- O **Gana** está a discutir o lançamento no 1ºT de 2007 com o Banco Mundial e está actualmente a rever materiais técnicos do PFC para sua adaptação atempada.
- As **Honduras** acolheram um encontro de doadores no mês de Novembro com o CEMLA e a DFI durante o Comité Directivo para apresentar a sua proposta de adesão ao PFC. Na sequência de *feedback* positivo, o país está a identificar fontes de financiamento. O PFC também manteve encontros com o Governo e o sector privado.
- O **Quénia** está a consultar o Banco Mundial sobre o calendário do lançamento, com uma Missão de Avaliação de Pedidos no 1ºT de 2007, ao mesmo tempo que revê os recursos técnicos do PFC.
- O **Malawi (3º Ciclo)** irá encerrar o 3º Ciclo e lançar o 4º Ciclo com um evento de disseminação e formação no 1ºT de 2007.
- A **Nicarágua (1º Ciclo)** experimentou atrasos devido a factores políticos. Iniciará uma campanha publicitária em Janeiro para aumentar a resposta e receberá uma Missão de Acompanhamento no mês de Março para abordar dados e análise.
- O **Ruanda** está a dar os toques finais à sua proposta de adesão ao PFC em 2007.
- A **Tanzânia (3º Ciclo)** está a trabalhar na sua base de dados e análise. Irá disseminar com um evento no 1ºT de 2007, com formação para lançar o 4º Ciclo a seguir.
- O **Uganda (5º Ciclo)** aumentou a resposta para mais de 80% e está a ultimar a sua base de dados e análise. Irá disseminar e lançar o 6º Ciclo no 1ºT de 2007.
- A **Zâmbia** está em discussões com o MEFMI sobre levar avante a sua proposta de voltar a aderir ao PFC.

## O SOFTWARE DO PFC PPME

Respondendo aos pedidos dos utilizadores, a EIS continuou a melhorar o *software* possibilitando:

- Uma disposição sequencial das perguntas em Relatórios de Respostas das Empresas, que facilita a revisão e a verificação.
- Que se salvem dados para uma dada empresa num inquérito anterior sob um período de referência diferente, o que acelera a introdução de dados, visto que dados duplicados não precisam de ser reintroduzidos para cada inquérito.

Recomendamos que os utilizadores descarreguem a Versão 1.78 e actualizações correspondentes ao Manual dos Utilizadores do *Software* de [www.evinsol.co.uk/software](http://www.evinsol.co.uk/software), e enviem os seus comentários à DFI. A EIS também tem avançado conforme previsto no acompanhamento do Manual Técnico para os *Designers* do *Software*, com a assistência de insumos oportunos da Gâmbia e do Uganda.

## GOVERNAÇÃO E COORDENAÇÃO

O 7º Comité Directivo no mês de Novembro em Tegucigalpa, Honduras, incluiu representantes dos países dos Camarões, da Gâmbia, da Nicarágua e da Tanzânia. Os encontros acordaram:

- Ultimar os resultados CCE de base e alvo da Fase 3 para facilitar a monitorização dos progressos dos países.
- Aperfeiçoar a metodologia CCE dos países para distinguir a percepção dos investidores da RSE.
- Promover a coordenação entre os OR e os países membros na geração de entrada de produtos de informação.
- Continuar a descentralizar as responsabilidades para a concepção da metodologia para os OR e os países.
- Rever os procedimentos financeiros e a prestação de contas em conformidade com eventuais modificações ao PFC PPME.
- Aumentar a disseminação e a criação de consciencialização através da concepção de uma estratégia pomenorizada.

Para conceber uma estratégia de disseminação pomenorizada, a DFI realizou encontros de coordenação intensivos em nome do PFC com o FMI e o Banco Mundial em Washington na semana a seguir ao Comité Directivo, e posteriormente com o Banco Africano de Desenvolvimento, a ACIDI e a ONU. Informou estas organizações sobre os mais recentes empreendimentos do PFC, avaliou a sua consciencialização destes e obteve *feedback*, aprendeu sobre iniciativas e prioridades relacionadas, e confirmou uma potencial coordenação e preparativos de trabalho conjuntos. Os pontos principais do acordo foram:

- O Banco Africano de Desenvolvimento está interessado em trabalhar com o PFC em CPE, clima de investimento e emissões de remessas.
- A ACIDI expressou interesse em manter uma coordenação estreita com iniciativas das Caraibas e da RSE.
- O Departamento de Estatística do FMI tem apoiado muito os resultados do PFC a nível de país e irá manter uma coordenação estreita com os parceiros na disseminação da 5ª edição do Manual da Balança

de Pagamentos (BPM5) em 2007, sobre o seu Inquérito Coordenado de Investimento Directo, e com a segunda fase do projecto de apoio do sistema GDDS da África anglófona. Os Departamentos de Área estão muito interessados nos resultados analíticos e prestam grande apoio ao trabalho do PFC, e irão manter uma coordenação estreita via as autoridades dos países através de missões. O Departamento PDR estava interessado em mais informações sobre a sustentabilidade da dívida externa do sector privado. Os Gabinetes dos Directores Executivos incitaram a uma coordenação estreita com iniciativas do GDDS e da qualidade de dados.

- O Banco Mundial comprometeu-se a partilhar informações através do Serviço de Assessoria sobre o Investimento Estrangeiro (FIAS) sobre a promoção do investimento, a RSE e o clima de investimento. Os departamentos de Finanças e Sector Privado e de Pesquisas sobre o Desenvolvimento expressaram interesse nas apresentações das constatações analíticas do PFC, assim como uma coordenação mais estreita com os inquéritos de Doing Business e do Programa Regional sobre o Desenvolvimento de Empresas e com o trabalho de remessas do Banco Mundial.
- O PNUD e o UNDESA expressaram interesse na troca de constatações analíticas.

## PRODUTOS DE INFORMAÇÃO

O website do PFC CPE inclui agora apresentações dos doadores e documentos de seminários, o mais recente relatório do Comité Directivo, a metodologia de avaliação das capacidades dos países, e o Documento da Fase 3. A página de Notícias tem sido actualizada de 6 em 6 semanas. O Briefing nº 11 do PFC CPE foi disseminado no mês de Novembro e o nº 12 está previsto para Janeiro. O website do CEMLA inclui agora o guia metodológico a bancos centrais para a compilação de fluxos de remessas internacionais: <http://www.cemla-remesas.org/english.html%20>

## FUTURO PROGRAMA DE TRABALHO

No próximo trimestre o PFC CPE irá:

- Organizar um *workshop* regional na região do MEFMI;
- Realizar missões de avaliação de pedidos (Gana e Quénia), missões de acompanhamento (Gâmbia, Nicarágua) e *workshops* de encerramento (Camarões, Malawi, Tanzânia e Uganda);
- Continuar a prestar apoio de longa distância a todos os países participantes;
- Ajudar a Bolívia, as Caraibas, as Honduras, o Ruanda e a Zâmbia a ultimar propostas e a mobilizar financiamento para a participação no programa, assim como planos para um programa de trabalho para a Zona do Franco CFA para a fase 3;
- Ultimar a publicação sobre constatações analíticas, continuar a entregar a metodologia, o *software* e os produtos de informação;
- Ultimar e começar a implementar uma estratégia de disseminação e consciencialização; e
- Continuar a manter encontros com potenciais doadores de financiamento para aumentar o financiamento básico.

# RESULTADOS-PILOTO DO BURKINA FASO PARA CONSELHO DE MINISTROS

**O GTN do Burkina Faso decidiu que os resultados do PFC CPE são tão importantes que deverão ser objecto de discussão do Conselho de Ministros. O projecto-piloto do Burkina Faso durou de Agosto de 2005 a Outubro de 2006 e foi conduzido pelo Ministério das Finanças e Orçamento através do Tesouro, presidindo um Grupo de Trabalho incluindo o Ministério do Comércio, Indústria e Artesanato, a Agência Nacional do BCEAO, o Instituto Nacional de Estatística e Demografia (INSD), a Câmara de Comércio e Indústria e a Maison de l'Entreprise.**

O BCEAO, a Câmara de Comércio, o Ministério do Comércio e o INSD combinaram os seus registos anteriores de investidores numa listagem abrangente. Das 326 empresas inquiridas, 257 responderam, representando uma taxa de resposta de 79%, substancialmente superior à taxa de resposta de outros inquéritos económicos no país e um nível elevado para um inquérito-piloto.

O inquérito produziu resultados fascinantes sobre as percepções e o comportamento dos investidores, que serão utilizados para a estratégia nacional de desenvolvimento do sector privado. Conforme o Gráfico 1 mostra, os investidores indicaram que os principais factores que determinam as suas decisões iniciais de investir foram a estabilidade económica e política, um crescimento firme do mercado nacional, e a alta produtividade e o baixo custo da mão-de-obra – especialmente os níveis especializados e de gestão mais elevados. Factores positivos moderadamente importantes incluíram a regulação do mercado laboral, a liberalização do mercado cambial, a protecção legal dos investimentos, incentivos fiscais, acesso a financiamento local e um nível de corrupção relativamente baixo. Os membros do GTN ficaram surpreendidos com o facto de os investidores estarem menos interessados no mercado regional, apesar de todos os recentes esforços no sentido de uma integração regional, e preocupados com o facto de a falta de infra-estruturas regionais e de concorrência e as barreiras alfandegárias dentro da região serem as principais causas. Os principais factores que tinham ameaçado dissuadi-los de investir foram a malária/o paludismo, HIV/SIDA, o custo alto de electricidade, a inflação e a tuberculose.

Em termos de futuras intenções, as constatações positivas foram que os investidores tencionavam expandir o seu investimento, que a sua prioridade era investir em capital humano, e que tencionavam diversificar os seus produtos dentro do seu sector actual, e em menor grau investir em nova tecnologia. Foram, porém, menos positivas para a estratégia nacional de redução da pobreza, menos de metade tencionava diversificar a nível sectorial ou regional dentro do Burkina Faso ou gastar somas

significativas em pesquisa e desenvolvimento.

As principais preocupações dos investidores no que respeita ao clima de investimento em 2005 foram:

- Impostos excessivos (especialmente sobre os lucros) e ineficiência das autoridades fiscais e alfandegárias
- Níveis elevados de malária/paludismo minando a produtividade do trabalho
- Concorrência excessiva do sector informal e de importações ilegais relacionadas
- O custo elevado da electricidade e dos transportes rodoviários
- A necessidade de melhorar a produtividade da mão-de-obra não-especializada

O custo e a disponibilidade de crédito constituíram uma menor preocupação para os investidores porque a maioria confiava em auto-financiamento a partir do reinvestimento dos seus lucros.

Além disso, de um modo geral relativamente poucos investidores usam informações fornecidas pelos membros do GTN para informar as suas decisões de investimento. Das fontes de informação disponíveis, muitas mais usam as opiniões dos seus colegas investidores e dos órgãos de comunicação social – embora a Câmara de Comércio, a Maison de l'Entreprise e o BCEAO também sejam considerados fontes úteis.

Por conseguinte, o relatório nacional apresenta recomendações para ultrapassar estas barreiras ao futuro investimento, incluindo a revisão dos níveis tributários, o aumento da eficiência das autoridades fiscais e alfandegárias, investindo mais recursos na luta contra a malária/o paludismo, controlos mais rigorosos a empresas do sector informal e a importações ilegais e reduzindo os custos da electricidade e dos transportes rodoviários. Também apresenta recomendações para aumentar a disseminação de informações aos investidores. Já

## ACTIVOS E PASSIVOS ESTRANGEIROS

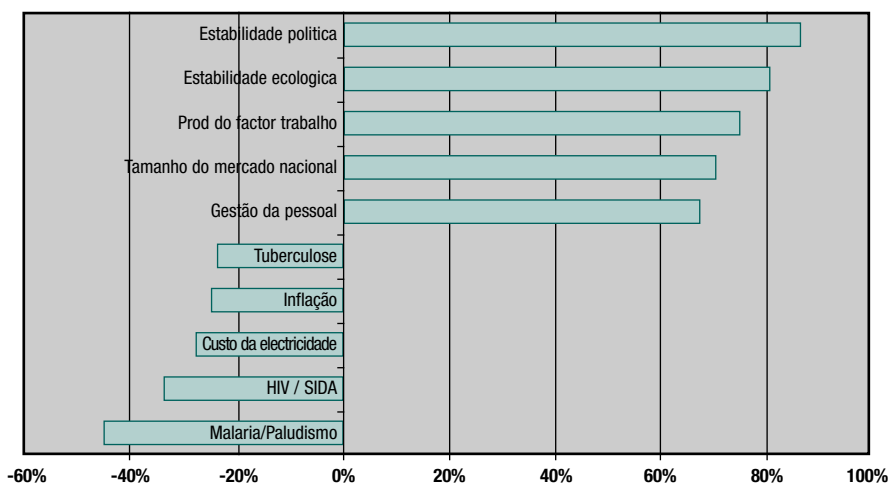
Em geral, o nível e a qualidade da resposta sobre transacções financeiras foram muito impressionantes para um inquérito-piloto. Contudo, algumas grandes empresas-chave não responderam de forma fidedigna, tomando os números totais incompatíveis com os resultados não-inquérito que o BCEAO recolheu através de relatórios não-inquérito de bancos comerciais. Não obstante, os resultados foram considerados fidedignos em termos dos seus ensinamentos para futuras políticas porque são de um modo geral representativas da composição e das tendências dos APE. Como resultado, o GTN decidiu reportar os resultados em termos percentuais.

Entre as constatações-chave figuraram:

- O investimento em capital representou cerca de 78% do total dos passivos estrangeiros, representando os fluxos relacionados com a dívida 20% e o investimento de portfolio 2%.
- A maior parte dos stocks relacionados com a dívida foi a longo prazo e não a curto prazo.
- Cerca de 70% dos passivos estrangeiros foram no sector do comércio, sendo 14% no sector da indústria transformadora/manufactura e 7% cada nos transportes/nas comunicações e no sector financeiro.
- A concentração do investimento em capital no comércio foi mesmo superior a 78%.
- 86% dos APE (89% do investimento em capital) foram na região de Uagadugu.
- 90% do investimento no Burkina foram provenientes da França, sendo os Países Baixos, a Costa do Marfim, a Líbia e o Togo

continua na página 16

## PRINCIPAIS INFLUÊNCIAS POSITIVAS E NEGATIVAS NO INVESTIMENTO



**Um objectivo-chave da Fase 3 é disseminar empreendimentos a nível nacional, regional e internacional. Um indicador de êxito é o grau em que os dados publicados a nível internacional reflectem dados nacionais produzidos ao abrigo do PFC. Os dados internacionais também fornecem uma contraverificação e um contraste úteis face aos dados nacionais, permitindo aos países colmatar lacunas e analisá-las ao prepararem os relatórios dos países.**

A maior parte dos organismos internacionais (OI) recolhem dados directamente de fontes de países "devedores" (constituindo a OCDE e o *Joint External Debt Hub* (JEDH) excepções, pois recolhem junto dos países "credores"). Por conseguinte, na teoria poderia esperar-se um acordo amplo entre as fontes, mas esse não é frequentemente o caso. Desenvolver uma imagem consistente de fluxos de capitais para países em desenvolvimento usando fontes internacionais não é fácil porque dão estimativas diferentes, dificultando a comparação de resultados reportados. Além disso, pode ser difícil obter dados desagregados aos níveis de pormenor necessários para uma execução de políticas sensível.

Este artigo compara dados PFC recentes com dados internacionais e analisa alguns desafios-chave que precisam de ser abordados quando se aumenta a aceitação de dados nacionais.

## Comparação de fontes

Os países do PFC têm estado a captar dados em conformidade com as normas internacionais e suas necessidades analíticas. Têm sido inovadores na captação de dados sobre lucros retidos e *stock* de capital ao valor de mercado. Monitores internacionais estão a registar este impacto positivo em Relatórios do FMI sobre a Observância de Normas e Códigos

(Gâmbia, Malawi, Zâmbia), o Anuário Estatístico da Balança de Pagamentos (BOPSY) do FMI (Malawi, Tanzânia, Trindade e Tobago, Uganda, Zâmbia); e *feedback* dos quadros directamente e em relatórios de missões (Camarões, Tanzânia, Uganda, Zâmbia).

Não obstante, ainda há um longo caminho a percorrer até a comunidade internacional aceitar totalmente os dados dos países. A tabela abaixo compara dados seleccionados de transacções de passivos de inquéritos recentes do PFC com dados internacionais correspondentes.

O *Anuário Estatístico da Balança de Pagamentos* do FMI (IMF's *Balance of Payments Statistics Yearbook*, BOPSY) 2004 reconhece os inquéritos dos países na sua descrição de práticas de compilação nacionais. Assim, surpreendentemente parece haver pouca relação com dados do PFC. Por outro lado, os *Relatórios dos Países* do FMI fornecem dados dos países, mas parecem usar dados do IDE do PFC em apenas dois casos. Isto implica um espaço muito maior para os países assegurarem que os seus dados são aceites por missões do FMI, superando diferenças de apresentação, harmonizando práticas de compilação (entre a 4ª edição do Manual da Balança de Pagamentos, BPM4, e a 5ª edição do Manual da Balança de Pagamentos, BPM5, anos fiscais e civis, dados preliminares e revistos).

O *Relatório Mundial do Investimento* da CNUCED (UNCTAD's *World Investment Report*, WIR) fornece dados dos países para o IDE. Os seus dados correspondem rigorosamente aos dados do PFC para 3 países, e o BOPSY do FMI (IMF BOPSY) para 2. Pequenas diferenças poderão dever-se a estimativas de gabinete.

O GDF do Banco Mundial (World Bank's *Global Development Finance*, GDF) constitui principalmente

uma fonte de dados da dívida. Inclui, porém, rubricas não-pormenorizadas para IDE e capital de *portfolio*. Os dados do IDE parecem depender ou do BOPSY FMI ou do WIR CNUCED. Contudo, os dados do *portfolio* e da dívida privada não-garantida de longo prazo são limitados, e os dados da dívida externa de curto prazo não distinguem dívida pública de dívida privada. Por isso, é difícil comparar os dados de forma significativa com outras fontes.

As *Estatísticas sobre a Dívida Externa* do BCI-FMI-OCDE-BM (BIS-IMF-OCDE-World Bank *Statistics on External Debt*) reúnem dados compilados correntemente e publicados separadamente através dos OI contribuintes (mais recentemente através de *Joint External Debt Hub*). Os dados são principalmente de fontes de credores e de mercado, mas incluem informações de países devedores. As lacunas na cobertura relevantes à pesquisa do PFC incluem crédito de fornecedores não-garantidos não canalizado através de bancos e investimentos privados de títulos da dívida.

Em resumo:

- Os dados do IDE parecem mostrar o maior grau de consistência: as fontes coincidem em 2 ou 3 números para todos os países, embora as diferenças entre eles possam ser pequenas (Bolívia, Trindade) ou grandes
- Os dados do *portfolio* para a maior parte das fontes para a maioria dos países são extremamente débeis. Embora os dados do PFC pareçam ser mais abrangentes, esta área constitui um grande desafio
- Os dados da dívida, que estão mais facilmente disponíveis, parecem, à excepção da Zâmbia, mostrar menor semelhança em todas as fontes, e cada país, reflectindo em parte fontes de credores/devedores.

## Em US\$ milhões

Fonte dos Dados / País	Bolívia	Gâmbia	Gana	Malawi	Tânzania	Trindade e Tobago	Uganda	Zâmbia
Ano de Referência	2003	2000	2000	2001	2001	2004	2003	2001
<b>1. IDE (líquido)</b>								
PFC CPE	197	9	86	42	467	973	102	158
BOPSY FMI	167	na	166	19	327	na	194	na
Relatórios dos Países FMI	195	15.8	110	28	284	973	192	na
Relatório Mundial do Investimento CNUCED	197	44	115	19	467	1001	211	72
GDF Banco Mundial	167	44	166	19	327	na	194	72
<b>2. Portfolio</b>								
PFC CPE (capital + dívida)	0	0.1	31	0	8	-690	1	5
BOPSY FMI (capital + dívida)	na	na	Na	na	na	na	20.8	na
Relatórios dos Países FMI	-68	0	0	0	0	0	1	na
GDF Banco Mundial (capital)	0	0	0	0	0	na	1	0
<b>3. Outros</b>								
PFC CPE	148	6	-166	-8	129	-981	7	25
BCI-FMI-OCDE-BM		-15	-203	-33	10	169		53
BOPSY FMI (bancos + outros)	25.6	na	51.7	54.8	139.4	na	1.1	na
Relatórios dos Países FMI	111	-16.4	-45	In FDI	-55.8	-1109	0	na
GDF Banco Mundial (longo prazo)	129	0	-3	0	-4	na	0	55

Fontes: relatórios dos países do PFC CPE; BOPSY FMI 2004; Relatórios dos Países FMI; WIR CNUCED 2004, 2005; GDF Banco Mundial 2004, 2005

## Desafios

Os principais desafios à consistência são conforme o seguinte:

- A julgar pelas fontes e as metodologias para procurar os dados dos Relatórios sobre Observância de Códigos e Padrões (ROSC), do Sistema Geral de Divulgação de Dados (GDDS) e do BOPSY, ainda há alguns exemplos em que os OI não são cientes da melhor fonte nacional de estatística. Os países precisam de assegurar que todas as fontes e as metodologias para procurar dados estejam actualizadas e sejam exactos.
- As preocupações dos OI quanto aos dados a nível nacional poderão travar a aceitação em rubricas específicas, por exemplo se questionarem o valor dos dados sobre o Valor de Mercado e a rentabilidade, ou se os novos dados variarem muito dos antigos e precisarem ser compensados por alterações noutras rubricas de dados. Os países precisam de assegurar os OI

quanto à validade das suas fontes e dos seus métodos e sugerir mudanças compensatórias.

- Desfasamentos nos OI ao aceitarem e reportarem novos dados dos países. Os países precisam de assegurar que a classificação total dos dados preliminares se efectua e que os dados finais sejam comunicados aos OI, assim como verificar que publicações posteriores mudam os dados logo que possível e alertar os OI para quaisquer discrepâncias.
- As diferentes metodologias dos OI. Por exemplo, a CNUCED estima *stocks* com base em fluxos acumulados. Isto poderia ser alterado através de uma comunicação dos dados do *stock* do PFC à CNUCED também. Noutros casos, é necessário convencer os OI a mudar de BPM4 para BPM5 ou encorajá-los a desagregar ou a agregar dados de formas diferentes.
- Os OI podem efectuar "estimativas de gabinete" dos dados dos países, por vezes assentando

incorrectamente em estimativas de gabinete empreendidas pelos próprios países. Para evitar isto, os países deverão assegurar que descrições completas dos seus processos de classificação e estimação sejam incluídas nas suas fontes e metodologias para procurar dados GDDS e comunicadas aos OI com os dados.

Como conclusão, é um grande passo em frente comparado com a década de 1990 que os OI estejam oficialmente a reconhecer a qualidade dos dados produzidos pelos países do PFC e aceitem parcelas consideráveis dos dados que os países produzem. Contudo, ainda falta fazer muito para assegurar a harmonização total dos dados internacionais e nacionais. Futuros artigos relacionados darão uma orientação prática sobre como aceder e usar as fontes de dados internacionais e sobre como aumentar as práticas de consciencialização e disseminação.

# WAIFEM LANÇA FASE II DO PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DE CAPACIDADES (cont.)

países, ver a Caixa 1.

## Fase II do PFC (2006 – 09)

Para consolidar os ganhos e abordar desafios actuais de gestão macroeconómica, especialmente no cumprimento dos ODM e na implementação da Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD), o WAIFEM lançou a segunda fase do PFC, que se estende durante o período de 2006 – 09.

A necessidade de um crescimento acelerado aumentou a procura de capacidade para a implementação (não apenas formulação) eficaz de políticas macroeconómicas e financeiras. Consequentemente, o WAIFEM irá reforçar a transparência, prestação de contas e probidade na gestão dos recursos públicos, com atenção especial para uma contabilidade e auditoria sólidas com base na TI como ajuda ao Mecanismo Africano de Revisão dos Pares (MARF).

Na gestão da dívida, embora a fase I do PFC do WAIFEM (por um lado através da participação nas fases 2 e 3 do PFC PPME) tenha registado ganhos consideráveis em áreas específicas da gestão da dívida, a capacidade global de gestão da dívida externa e interna mantém-se débil, embora as necessidades variem entre os países. O WAIFEM também irá colocar maior ênfase no fortalecimento da gestão monetária e no planeamento da inflação, assim como na apropriação nacional e regional de políticas macroeconómicas através de uma maior adaptação dos seus cursos às necessidades nacionais.

A Fase II do PFC irá custar US\$17.6 milhões, com financiamento proveniente de bancos centrais membros, beneficiários, doadores incluindo a ACBF e o PFC PPME, e contribuições em géneros do anfitrião Banco Central da Nigéria.

O principal risco ao cumprimento total dos objectivos da Fase II do PFC é a possibilidade (embora remota) de uma mudança do ambiente político dos países para uma governação desfavorável ou desassossego civil. Os riscos menores incluem interferência política na gestão dos recursos humanos da função pública e o escoamento de competência de funcionários formados em busca de novos horizontes a nível nacional ou internacional.

## IMPACTO DO FORTALECIMENTO DE CAPACIDADES DO WAIFEM

- 1) Maior coordenação entre as instituições de gestão das políticas económicas: ministérios económicos centrais, bancos centrais, unidades de gestão da dívida, presidência e parlamentos;
- 2) Políticas macroeconómicas mais apropriadas formuladas nos países constituintes;
- 3) Melhoria da estabilidade macroeconómica como consequência de (1) e (2) acima;
- 4) Melhor governação como resultado do encorajamento de regras da responsabilidade fiscal e de uma maior

autonomia para os tribunais de contas;

- 5) Adopção de um arranjo institucional moderno na gestão da dívida e das reservas, com unidades de *front*, *middle* e *back office* distintas;
- 6) Gestores da dívida em cargos seniores, em que agora influenciam directamente as políticas;
- 7) Graduados de programas do WAIFEM enquadrados em cargos estratégicos em órgãos de políticas centrais;
- 8) Colaboração com o Banco Central da Nigéria para lançar o trabalho de base através de fortalecimento de capacidades para uma consolidação bancária bem sucedida;
- 9) Melhoria palpável na qualidade dos relatórios, da análise e interpretação de aspectos económicos e financeiros nos órgãos de comunicação social como resultado de programas para jornalistas;
- 10) Melhorias da supervisão parlamentar como consequência do fortalecimento das competências dos legisladores nos comités financeiros e económicos; e
- 11) Colaboração com a Serra Leoa no desenvolvimento de um mercado de capitais nacional.

# PERGUNTAS TÉCNICAS SOBRE O ALÍVIO DA DÍVIDA

## QUE LIMIARES ESTÃO A SER USADOS PARA AVALIAR A SUSTENTABILIDADE DA DÍVIDA DE PAÍSES PÓS-IADM?

Limiares da Sustentabilidade da Dívida					
	Valor actualizado da dívida			Serviço da dívida	
	PIB	Exportações	Receitas	Exportações	Receitas
<b>Limiares QSD</b>					
Políticas fortes	50%	200%	300%	25%	35%
Políticas médias	40%	150%	250%	20%	30%
Políticas débeis	30%	100%	200%	15%	25%
<b>Limiares PPME</b>					
Países elegíveis	-	150%	250%	<15%-20%	-

Embora os limiares PPME ainda sejam aplicáveis para países que ainda não tenham alcançado o ponto de culminação, para os 20 países pós-PPME e pós-IADM, os limiares aplicáveis são os pontos de referência dependentes de políticas do Quadro de Sustentabilidade da Dívida (QSD) das Instituições Bretton Woods. Estes também são usados para avaliar a afectação de empréstimos e/ou donativos da AID14 e do FAD aos países. A tabela abaixo resume os limiares PPME e do novo QSD.

Ao abrigo do QSD, um país é classificado como um desempenhador de políticas fortes, médias ou débeis com base no seu Índice de Afectação de Recursos da AID (IRA), que substitui o índice de Avaliação das Políticas e Instituições dos Países (APIP). Para países de desempenho de políticas fortes, a sua carga da dívida é considerada sustentável desde que o rácio VA/exportações seja inferior a 200% - 50% pontos percentuais superior ao que foi considerado sustentável ao abrigo de PPME. Isto fornece "espaço" considerável para novos financiamentos, visto que as anulações da dívida IADM tiveram como resultado o facto de muitos países pós-PPME terem rácios VA/exportações de 40% - 60%. Para desempenhadores débeis, porém, o âmbito para contracção de nova dívida é muito mais limitado, visto que o seu plafond de sustentabilidade da dívida é medido a um rácio VA/exportações de 100%.

### Como se podem comparar as metodologias de análise da sustentabilidade da dívida PPME e QSD?

Embora quer PPME quer o QSD empreendam análises de sustentabilidade da dívida, empreendem-nas de formas

Aspectos da ASD	PPME	QSD
Cobertura da dívida	Dívida pública externa	Dívida pública externa/interna + privada
Cálculo VA	Numa base de empréstimo por empréstimo usando taxas de desconto TJCR específicas de uma divisa	Numa base agregada, em US\$, usando taxa de desconto 5% (aprox US\$ TJCR)
Denominadores de exportações e receitas	Média trienal para exportações, ano corrente para receitas	Dados do ano corrente para exportações e receitas
Taxas de câmbio usadas para conversão em US\$	Analisadas na dívida original	Projeções orientadas para o futuro
Alívio da dívida	Pressupõe que todos os credores credores participam em PPME	Pressupõe que todos os participam em PPME
Avaliação de riscos	Análise de sensibilidade (por exemplo crescimento mais baixo/ mais elevado do PIB e/ou das exportações, novos empréstimos menos concessionais)	Caso de base, cenários alternativos + testes de stress (taxas de crescimento do PIB e/ou das exportações, saldo primário, depreciação e política de endividamento)
Implicações para as políticas	Elegibilidade e montante de alívio PPME	Pela AID/pelo FAD para determinação da afectação de empréstimos-donativos. Pelo FMI em contextos de programas e vigilância.

diferentes, como a tabela abaixo indica. A ASD PPME é essencialmente histórica, visto que é usada para avaliar o montante de alívio da dívida necessário para alcançar a sustentabilidade. Por outro lado, a ASD QSD está orientada para o futuro, visando assegurar que os países não voltam a cargas da dívida insustentavelmente elevadas através de políticas de endividamento débeis. Enquanto as ASD PPME são empreendidas numa base tripartida pelo FMI, pelo Banco Mundial e por funcionários

nacionais antes do ponto de decisão e de culminação de um país, as ASD QSD são de um modo geral empreendidas pelos quadros do FMI e do Banco Mundial uma vez por ano, como parte do Artigo 4 ou de consultas PRGF/PSI. Contudo, no mais recente documento do Conselho QSD, as IBW indicaram que gostariam que os PBR desempenhassem um papel mais activo nas ASD QSD, o que se encontra em conformidade com os pedidos dos Ministros PPME em Singapura (ver página 2).

Para informações sobre QSD, queira visitar as páginas web do FMI

(<http://www.imf.org/external/pubs/ft/dsa/lic.aspx>); ou visitar o website da AID (<http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/EXTABOUTUS/IDA>) e seguir os links para Home > Topics > Economic Policy and ... > Quadro de Sustentabilidade da Dívida para Países de Baixa Renda ou Home > About Us > IDA > Debt Sustainability ... > Sustentabilidade da Dívida e Donativos. Pode descarregar o modelo de cálculo QSD das páginas web do Banco Mundial.

## CONTINUA DO PÁGINA 13

se estão a tomar muitas destas medidas ao abrigo de programas existentes de reformas económicas, incluindo uma revisão do código nacional de investimento, a promoção de mais financiamento local do investimento, o reforço da governação económica e política, o reforço das instituições responsáveis pelo apoio ao sector privado e à promoção do investimento, o aumento da produtividade da mão-de-obra através de medidas de formação e saúde e da simplificação da lei económica.

De um modo geral, o GTN estava satisfeito com os resultados do inquérito, que foram apresentados às autoridades do Governo e ao sector privado na conferência de encerramento a 13 de Outubro. Ficou acordado que as conclusões da fase-piloto deverão ser transmitidas ao Conselho de Ministros, assim como às discussões da União Económica e Monetária Oeste Africana (UEMOA) sobre um código de investimento regional, dado que o Burkina Faso é actualmente Presidente do Conselho de Ministros. Além disso, ficou acordado que o Burkina Faso deverá continuar a executar a metodologia do PFC

CPE, assim como a aumentar os esforços em futuros inquéritos para assegurar a resposta de grandes empresas no sentido de aumentar a fidedignidade dos dados APE. Juntamente com o inquérito-piloto bem sucedido nos Camarões, isto fornece uma boa base para o BCEAO e o BEAC generalizarem a metodologia do PFC CPE através da Zona do Franco para futura recolha de dados APE e de investimento ao abrigo da fase 3 do PFC CPE.